

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2019**

(Do Sr. ASSIS CARVALHO)

Requer que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, no sentido de esclarecer a esta Casa a instituição, por meio da Portaria nº 263, de 23 de março de 2019, de Grupo de Trabalho, no âmbito do referido Ministério, para avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, no sentido de esclarecer a esta Casa a instituição, por meio da Portaria nº 263, de 23 de março de 2019, de Grupo de Trabalho, no âmbito do referido Ministério, para avaliar a conveniência e oportunidade da redução da tributação de cigarros fabricados no Brasil.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Observamos que, nos termos do art. 37 da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, não compete à alçada do Ministério da Justiça e Segurança Pública tratar de questões relativas à tributação de qualquer segmento econômico.

Em que pese possa ser alegado o interesse do Ministério no tocante ao contrabando de cigarros estrangeiros de baixa qualidade como motivo da edição da Portaria nº 263, de 2019, resta bastante claro que não cabe à Polícia Federal, à Secretaria Nacional do Consumidor ou à Assessoria

Especial de Assuntos Legislativos da pasta se manifestar sobre a tributação de cigarros fabricados no Brasil, sobre a proposição de melhorias à política fiscal e tributária sobre os cigarros fabricados no Brasil, ou para opinar se a redução da tributação dos cigarros fabricados no Brasil poderia evitar o consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade, e sequer para propor alterações de normas vigentes ou edição de normas complementares que eventualmente se façam necessárias para a efetiva aplicação das medidas propostas.

É possível que, apesar de sua reconhecida experiência como juiz federal, faltem ao titular da pasta noções fundamentais de outros campos do conhecimento. A análise dos impactos da tributação sobre o comportamento dos produtores e consumidores é assunto afeito à Microeconomia, e, portanto, a matéria deveria, no mínimo ser objeto de Portaria Interministerial da qual fizesse parte o Ministério da Economia. Também não seria desarrazoada a previsão de participação, em Portaria Interministerial, de representantes do Ministério da Saúde, dadas as externalidades negativas que podem advir do aumento do consumo de cigarros nacionais de qualidade inquestionável, dada a redução no preço, por aqueles que nunca consumiram cigarros contrabandeados.

Assim, o presente Requerimento de Informações busca esclarecer por que razão as duas pastas citadas foram alijadas do debate da questão, visto que a mesma é muito mais da competência delas do que do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Queremos observar que nossa solicitação não representa mero diletantismo acadêmico ou tergiversação inútil. Lembramos que a Constituição determina que a eficiência é um dos princípios basilares da Administração Pública e reputamos contrário a tal princípio o fato de que uma pasta ministerial se imiscua nos assuntos de outra sem que essa tenha a oportunidade de se manifestar em igualdade de condições. Fazemos essa ressalva porque reputamos que a previsão, na Portaria do Ministério da Justiça, de convite a representantes do Ministério da Economia e do Ministério da Saúde não significa que os "convidados" terão a oportunidade de se manifestar e de decidir o eventual conteúdo final de proposição formulada pelo Grupo do Ministério da Justiça.

Concluimos rogando para que o bom-senso paire no seio do Poder Executivo a fim de que, no mínimo, a referida Portaria seja revogada e constituído Grupo de Trabalho Interministerial com a participação de representantes, a título de exemplo, do Ministério da Economia, a quem cabe não apenas a gestão da política tributária, mas também a guarda aduaneira do Brasil, e do Ministério da Saúde, a quem compete a vigilância da saúde e o controle sanitário de nossas fronteiras.

Temos a certeza de contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado ASSIS CARVALHO